



INSTRUMENTO DE CONVÊNIO Nº 005/2017 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E LIGA DESPORTIVA DE PARACAMBI, NOS TERMOS DA LEI Nº 1.115/2014, E DO CONSTANTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4204/2017.

CONVENIENTE: **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.138.294/0001-02, por sua Secretaria de Educação e Esportes, representada pelo Ilmo. Sr. Secretário **Mariano Carvalho Almeida**, brasileiro, casado, servidor público, portador da Carteira de Identidade nº 09522982-9 e inscrito no CPF sob o nº 084.723.387-11, residente e domiciliado na Rua Américo Rodrigues Ferreira, nº 503, Centro, Paracambi/RJ.

CONVENIADA: **LIGA DESPORTIVA DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito privado (associação), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.368.054/0001-75, com sede na Praça Cara Nova, nº 08, sala 108- Centro, Paracambi/RJ, neste ato representada por **Juvenil Torres de Mello Filho**, brasileiro, casado, professor de Educação Física, portador da Carteira de Identidade nº 095221529 DIC- RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.970.967-92, residente e domiciliado na Rua Francisco Augusto Marques, nº 242, Lages, Paracambi/RJ.

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO que celebram entre si, o MUNICÍPIO DE PARACAMBI e LIGA DESPORTIVA DE PARACAMBI, acorda-se o repasse de recursos sob subvenção social, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo aduzidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a concessão de subvenção social à L.D.P., que servirá para pagamento das despesas com o pagamento de árbitros que atuarão nem jogos do Campeonato Municipal de Futebol Amador.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O MUNICÍPIO repassará o valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) à L.D.P., conforme cronograma de desembolso aprovado pela Superintendência de Esportes da Secretaria de Educação e Esportes, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - DO MUNICÍPIO

- 01) efetuar o repasse de acordo com o estabelecido na cláusula anterior;
- 02) coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio de acordo com suas cláusulas, bem como examinar e deliberar quanto a prestação de contas, o que se fará conforme previsto na cláusula quarta.

3.2 - DA L.D.P.

- 01) utilizar o repasse de acordo com o previsto na cláusula primeira;
- 02) prestar contas do recurso recebido;
- 03) responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes de trânsito e danos causados a terceiros, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo e fora dele;
- 04) manter e movimentar o recurso obrigatoriamente em conta específica junto a banco oficial e em aplicação financeira no período em que não for utilizado;



Estado do Rio de Janeiro.
Município de Paracambi.
Secretaria de Educação e Esportes.

05) restituir o valor da despesa, acrescido de juros e correção monetária segundo índices oficiais de atualização de débitos fiscais, a partir da data do recebimento do recurso quando a despesa for realizada:

- a. em finalidade diversa do estabelecido;
- b. quando não for apresentada a prestação de contas.

06) confeccionar banner ou faixa indicando a participação do Município, divulgando-o em todos os eventos que promover.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1 - A L.D.P. deverá prestar contas ao MUNICÍPIO até 26-12-2017, apresentando relatório que comprove o alcance do objetivo, contendo:

- 01) demonstrativo da quantificação de torneios promovidos com os recursos recebidos;
- 02) demonstrativo da receita e despesa, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;
- 03) demonstrativo das metas e dos resultados a serem atingidos e dos respectivos prazos de execução ou cronograma;
- 04) relação de pagamentos com número da Nota Fiscal ou recibo, nome da empresa ou da pessoa física e valor, em ordem cronológica, com cópia dos documentos;
- 05) conciliação do saldo bancário, quando for o caso;
- 06) cópia do extrato da conta bancária específica;
- 07) comprovante do depósito de recolhimento dos recursos não utilizados à conta do MUNICÍPIO;
- 08) documentos que comprovem a adoção de procedimentos para a aquisição de bens e contratação e serviços com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 56-B da Lei Nacional 9.615/98.

4.2 - As contas serão entregues à Controladoria Geral, que deverá proceder ao exame contábil e financeiro dos documentos, para auditoria sobre a respectiva regularidade, submetendo-o, após, à Superintendência de Esportes da Secretaria de Educação e Esportes, para análise da prestação de contas quanto ao cumprimento do plano de trabalho aprovado.

§1º - Com base em documentos contábeis, fiscais e gerenciais, os órgãos a que se refere o *caput* desta cláusula, deverão emitir parecer conclusivo sobre a aplicação dos recursos repassados à entidade conveniada, que atenda além da transparência da gestão, definida pelo art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e das exigências de normas específicas, ateste, no mínimo:

I - o recebimento da prestação de contas da entidade beneficiária, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

II - datas da prestação de contas e dos repasses concedidos;

III - os valores transferidos e os comprovados, por fontes de recursos;

IV - a localização e o regular funcionamento da entidade que recebeu os recursos;

V - a finalidade estatutária da entidade beneficiária;

VI - descrição do objeto dos recursos repassados, dos resultados alcançados e qual a economicidade obtida em relação ao previsto em programa governamental;



VII - o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

VIII - a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pelos controles internos do CONVENENTE.

§2º - Os saldos de Convênio repassados para entidade e enquanto utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês. Auferidas tais receitas, estas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as respectivas prestações de contas, conforme determinar os §§4º e 5º do art. 116 da Lei nº 8.666/93.

§3º - A CONVENIADA manterá em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas do CONVENENTE, os documentos a que se refere o *caput*, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma da Lei Municipal nº 1.115/2014, e estará obrigada a disponibilizá-los sempre que solicitado.

CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

5.1 - O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo e rescindido de pleno direito independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutável.

5.2 - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela Controladoria Geral do CONVENENTE.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para atender o presente Convênio são oriundos do orçamento vigente, com a seguinte classificação orçamentária:

12 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
12.01 Secretaria Municipal de Educação e Esporte
Programa 12.01.12.812.0060 – Educação e Esporte na Comunidade
Ação - 2.044 – Promoção de Eventos Desportivos
Elemento de despesa: 3.3.50.43.00.00.00 Subvenções Sociais
Valor a ser empenhado: R\$2.000,00
RECURSO VINCULADO: Fonte 100 - PRÓPRIO

Nota de empenho nº 502/2017

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA



**Estado do Rio de Janeiro.
Município de Paracambi.
Secretaria de Educação e Esportes.**

A vigência do presente Convênio será a partir da data de sua assinatura até 31-12-2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim terem ajustado, assinam o presente instrumento de convênio em quatro vias de igual teor para um só efeito.

Paracambi, 11 de outubro de 2017.

Mariano Carvalho Almeida
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Juvenil Torres de Mello Filho
Presidente – Liga Desportiva de Paracambi

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: